

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.221 - SP (2018/0330098-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **ROCCO EMPREENDIMENTOS LTDA**
REPR. POR : **SÉRGIO ROCCO JOÃO**
REPR. POR : **MARIO MAIA ROCCO JOAO**
ADVOGADOS : **RICARDO OMENA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP295449**
 THAIS SARUBBI MERCANTE - SP369241
AGRAVADO : **ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADOS : **CLEUZA MARIA BUTTOW DA SILVA E OUTRO(S) - SP091275**
 AMANDA RODRIGUES DANTAS - SP322698
 DEBORAH CRISTINA DE MORAIS - SP238995

DECISÃO

Tratam os autos de agravo em recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 279):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. Decisão que recebeu os embargos sem suspensão da execução. ADMISSIBILIDADE: Ausência dos requisitos legais por não estar demonstrada probabilidade do direito dos embargantes ou a garantia por penhora, depósito ou caução suficiente. Aplicação dos arts. 300 e 919, § 1º do CPC. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Na origem, cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que recebeu, sem efeito suspensivo, os embargos opostos à execução contra ROCCO EMPREENDIMENTOS LTDA., SÉRGIO ROCCO JOÃO E MÁRIO MAIA ROCCO JOÃO.

O eg. Tribunal *a quo* manteve a decisão agravada ao fundamento de que não se verifica a presença da probabilidade do direito dos embargantes, porque não se pode em cognição sumária, dizer com a segurança necessária que o título não tem liquidez ou que a planilha de cálculos contém irregularidades, e tampouco há notícia de que tenha havido penhora na execução em valor suficiente para garantir o pagamento da dívida, faltando o preenchimento dos requisitos previstos no § 1º do artigo 919 do CPC e no art. 300 do CPC para a concessão do efeito suspensivo, de modo que a regra deve prevalecer.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Irresignados interpuseram recurso especial alegando violação aos artigos 805 e 919, § 1º, do Código de Processo Civil e pugnando que seja atribuído efeito suspensivo aos embargos à execução, em virtude da existência de bem gravado por garantia real, suficiente para a quitação integral do valor em execução.

O apelo nobre foi inadmitido na origem, motivando o manejo do presente agravo em recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Com efeito, o v. acórdão recorrido ao manter o indeferimento do pedido de efeito suspensivo aos embargos à execução, asseverou não estarem presentes, na hipótese ora tratada, os requisitos exigidos pelos artigos 805 e 919, § 1º, do CPC/2015, elementos necessários para que, excepcionalmente, o Juiz suspenda a execução.

É o que se extrai do seguinte excerto do acórdão impugnando:

Trata a questão de embargos à execução em que os embargantes alegam a ausência de planilha de débito discriminatória, o pagamento parcial da dívida, a indevida capitalização de juros, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e o excesso de execução.

A respeito do efeito conferido aos embargos à execução, o art. 919 do CPC dispõe que: "Os embargos à execução não terão efeito suspensivo". (...)

No entanto, no caso dos autos não estão presentes os elementos necessários para que, excepcionalmente, o Juiz suspenda a execução.

O dispositivo mencionado estabelece que é necessário o preenchimento dos requisitos da tutela provisória para conceder o efeito suspensivo aos embargos. Esses requisitos consistem na probabilidade do direito e no perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo para o caso de urgência. Acontece que não se verifica ainda a presença da probabilidade do direito dos embargantes. Não se pode, neste momento de cognição sumária, dizer com a segurança necessária que o título não tem liquidez ou que a planilha de cálculos contém irregularidades.

Por fim, não há notícia de que tenha havido penhora na execução em valor suficiente para garantir o pagamento da dívida.

Assim sendo, faltam os requisitos previstos no § 1º do artigo 919 do

CPC e no art. 300 do CPC para a concessão do efeito suspensivo, de modo que a regra deve prevalecer. (...) Ante o exposto, NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso. (fls. 279/281, n.g)

Nesse contexto, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula nº 7 deste C. Superior Tribunal de Justiça, porquanto, para se concluir de modo diverso a que chegou a Eg. Corte *a quo*, no que diz respeito à presença dos requisitos para atribuição de efeito suspensivo aos embargos do devedor, necessária se faz a incursão nos elementos fático-probatório dos autos.

A propósito deste entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739-A DO CPC/1973. REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem, examinando a prova dos autos, concluiu que não foram cumpridos os requisitos necessários para a concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 739-A do CPC/1973).

Em tais condições, para acolher a pretensão recursal e adotar entendimento diverso, seria imprescindível a análise de provas, providência inviável em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 675.969/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 07/12/2016)

AGRAVO INTERNO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EFEITO SUSPENSIVO. APLICABILIDADE DO ART. 739-A DO CPC. RESP. 1.272.827/PE, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 31.5.2013, SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Esta Corte Superior, no julgamento do Recurso Especial 1.272.827/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 31.5.2013, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento de que o art. 739-A do CPC se aplica às

execuções fiscais, assim, a atribuição de efeito suspensivo aos embargos do devedor está condicionada ao cumprimento dos três requisitos legais: apresentação de garantia; verificação pelo Juiz da relevância da fundamentação e perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou, expressamente, que: No presente caso, denota-se não terem sido preenchidos, "a priori", os requisitos legais a ensejar a suspensão da execução fiscal, porquanto não houve o requerimento, e ainda, a alienação dos bens penhorados não configura perigo de grave dano ao executado, pois a execução visa à expropriação destes bens (fls. 70). Logo, a revisão desse entendimento demanda a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que implica reexame de provas - inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Agravo Interno desprovido.

(AgInt no AREsp 888.270/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 24/11/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739-A, § 1º, DO CPC/1973. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Ausente o prequestionamento do dispositivo apontado como violado no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal.

2. Para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que entendeu não terem sido preenchidos os pressupostos autorizadores da suspensão dos embargos à execução, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que, como já decidido, é inviabilizado, nesta instância superior, pela Súmula nº 7 desta Corte.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 750.894/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 20/09/2016)

Deixo de fixar os honorários recursais, pois não foram fixados honorários na origem.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

